

EKTT 13-A
Serviços de
Transmissão
de Energia
Elétrica SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
EKTT 13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da EKTT 13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da EKTT 13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EKTT 13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a EKTT 13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Demonstrações Financeiras

A EKTT 13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem qualificações, com data de 26 de abril de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

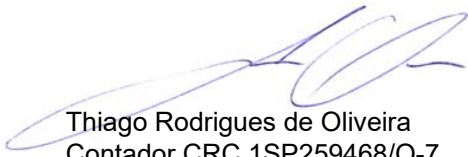


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

EKTT 13-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017 (não auditado)
Ativos			
Ativo circulante		7.096	7.701
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.839	7.617
Tributos compensáveis		98	30
Despesas pagas antecipadamente		41	54
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.100	-
Outros ativos circulantes		18	-
Ativo não circulante		22.217	3.752
Tributos compensáveis			
Instrumentos financeiros derivativos		3	-
Outros ativos não circulantes		39	-
Imobilizado	6	22.167	3.741
Intangível	6	8	11
Total do ativo		29.313	11.453
Passivo			
Passivo circulante		704	183
Fornecedores	7	377	149
Obrigações sociais e trabalhistas		108	17
Instrumentos financeiros derivativos	8	91	-
Tributos	9	110	17
Outros passivos circulantes		18	-
Passivo não circulante		72	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	72	-
Total do Passivo		776	183
Patrimônio líquido			
Capital social	10.a	27.481	11.222
Reservas de lucros		4.048	89
Lucros ou prejuízos acumulados		(3.932)	(41)
Outros resultados abrangentes		940	-
Total do patrimônio líquido	17	28.537	11.270
Total do passivo e do patrimônio líquido		29.313	11.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EKTT 13-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos

em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> <u>(não auditado)</u>
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	11	(148)	(180)
Material		-	-
Pessoal e administradores		(72)	-
Serviços de terceiros		(57)	(174)
Arrendamento e aluguéis		-	-
Tributos		-	-
Depreciação e amortização		(4)	-
Outros gastos operacionais		(15)	(6)
Resultado da Atividade		(148)	(180)
Resultado Financeiro	12	238	244
Despesas financeiras		244	244
Receitas financeiras		(6)	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		90	64
Despesa com impostos sobre os lucros		(22)	(16)
Lucro líquido do exercício		68	48
Lucro por ação			
Básico e diluído lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,0025	0,0043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EKTT 13-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (não auditado)
Lucro líquido do exercício	68	48
Outros resultados abrangentes	940	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>1.008</u>	<u>48</u>

Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:

Ordinária	0,0025	0,0043
-----------	--------	--------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EKTT 13-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Reserva de lucros						Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Saldos em 11 de maio de 2017 (não auditado)	1	-	-	-	-	-	1
Aumento de capital	11.221	-	-	-	-	-	11.221
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	48	48
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	4	-	-	-	(4)	-
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	21	-	(21)	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	64	-	-	(64)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	11.222	4	64	21	-	(41)	11.270
Aumento de capital	16.259	-	-	-	-	-	16.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68	68
Outros resultados abrangentes:							
Efeito de hedge de fluxo de caixa das investidas	-	-	-	-	940	-	940
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	199	-	-	-	(199)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	2.975	-	-	(2.975)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	785	-	(785)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	27.481	203	3.039	806	940	(3.932)	28.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

EKTT 13-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos

em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2018	2017 (não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	68	48
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa	25	-
Depreciação	4	-
Imposto de renda e Contribuição social	22	-
	93	48
Redução (aumento) de ativos		
IR e CSLL a Recuperar	13	(29)
Despesas pagas antecipadamente	(68)	(54)
Outros ativos	(58)	-
	(113)	(83)
Aumento (Redução) de passivos		
Encargos setoriais	91	17
Fornecedores	228	149
Tributos e contribuição social a recolher, exceto IR e CSLL	79	16
Outros passivos	18	-
	416	182
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	396	147
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(8)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado e intangível	(18.427)	(16)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	(3.736)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(18.426)	(3.752)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	16.259	11.221
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	16.259	11.221
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.787)	7.616
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	7.617	1
No fim do exercício	5.838	7.617
	(1.779)	7.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EKTT 13-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazos. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a EKTT 13 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("EKTT 13 A" ou "Companhia") está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a EKTT 13 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("EKTT 13 A" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

A Companhia possui sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 24 de Abril, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: instalação de transmissão localizadas no estado de São Paulo, compostas pelo Compensador Estático de Reativos (CER) de (-150/+300) Mvar na Subestação Fernão Dias; Conexão do CER; interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 13,279 milhões, o prazo de concessão é de 30 anos.

Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas de ambas empresas, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. até então controladora da EKTT 13 A, pela Neoenergia S.A.

3. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 17, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 24 de abril de 2019, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 15.g de estimativa de valor justo.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº15.

4. Resumo das principais políticas contábeis

A ANEEL ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao CPC 47/IFRS 15 e ao CPC 48/IFRS 9. Portanto, a adoção antecipada dessas normas não é permitida para fins de Demonstração Contábil Regulatória.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Mensuração

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

(i) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a devolver da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Mensuração

- Após reconhecimento inicial os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de *hedge*, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*.

- A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

(ii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

e) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

f) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.1 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentados no item 4, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social, quando aplicável.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	4	75
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	7.542
Fundos de investimento	5.835	-
	5.839	7.617

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	2018	2017 (não auditado)
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI		
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos público	1.684	-
Compromissadas com lastro de títulos públicos	4.151	-
Total CEC - Fundos Exclusivos	5.835	-

6. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2017 (*)	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017 (*)
Ativo imobilizado em serviço							
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5	-	5	-	(1)	4	5
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	5	-	5	-	(1)	4	5
Ativo imobilizado em curso							
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	3.617	1.027	4.645	-	-	4.645	3.617
Terrenos	-	34	34	-	-	34	-
Outros	119	17.484	17.484	-	-	17.484	119
Subtotal	3.736	18.545	22.163	-	-	22.163	3.736
Total do ativo imobilizado	3.741	18.545	22.168	-	(1)	22.167	3.741

(*) Informação não auditadas pelos auditores independentes

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2017 (*)	Valor bruto em 31/12/2018	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017 (*)
Ativo intangível em serviço					
Transmissão					
Servidões					
Softwares	11	11	(3)	8	11
Subtotal	11	11	(3)	8	11
Ativo intangível em curso					
Transmissão					
Softwares					
Subtotal					
Total do ativo intangível		11	(3)	8	11

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes

A composição do imobilizado e intangível com seu custo histórico e reavaliação é como segue:

	2018			2017
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	(não auditado)
			Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Transmissão				
Custo histórico	13%	16	(4)	12
		16	(4)	12
				15
Em curso				
Transmissão				
		22.163	-	22.163
		22.163	-	22.163
				3.736
				3.736

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Estrutura (Torre)	2,70%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida	3,33%
Chave seccionadora	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do imobilizado em curso é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Total
Terrenos	34	34
Máquinas e Equipamentos	1.027	1.027
A Ratear	1.011	1.011
Adiantamentos a Fornecedores	16.473	16.473
		-
Total das Adições	18.545	18.545

7. Fornecedores

	2018	2017 (não auditado)
Terceiros	377	149
Total	377	149

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos ativos são como segue:

Instituição / Linha Devedora	Principal Circulante	Juros Não circulante	Saldo em 31/12/18	Indexador	Vencimento Final
ITAU_NDF_112018010003700	69	-	69	Euro	26/06/19
ITAU_NDF_112018010004300	452	-	452	US\$	26/04/19
ITAU_NDF_112018010004500	579	-	579	US\$	26/06/19
ITAU_NDF_112018010004800	-	3	3	US\$	27/12/20
Total	1.100	3	1.103		

Os instrumentos financeiros derivativos passivos são como segue:

Instrumento Derivativos	Instituição / Contraparte	Data de início	Data de vencimento	Valor Contratado	Fair Value
ITAU_NDF_112018010001200	Itaú	02/01/18	26/04/19	5.943	(16)
ITAU_NDF_112018010001400	Itaú	02/01/18	26/06/19	11.699	(75)
ITAU_NDF_112018010000900	Itaú	02/01/18	27/12/19	552	(11)
ITAU_NDF_112018010000500	Itaú	02/01/18	27/02/20	841	(20)
ITAU_NDF_112018010001600	Itaú	02/01/18	26/03/20	564	(41)
Total				19.600	(163)

9. Impostos e contribuições a recolher

	2018	2017 (não auditado)
Imposto de renda – IR	8	-
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	-	2
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1	2
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	12	4
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	4	2
Imposto sobre serviços – ISS	-	2
Impostos e contribuições retidos na fonte	85	5
	110	17

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia era composto por 11.222 ações ordinárias, representando R\$11.222.

Em 08 de fevereiro de 2018, a Neoenergia S.A. aprovou aumento de capital no total de R\$8.969, mediante a emissão de 8.969 ações ordinárias, totalmente integralizadas.

Em AGE realizada em 07 de dezembro de 2018 foi aprovado pela Neoenergia S.A. aumento de capital no total de R\$59.621, mediante a emissão de 59.621 ações ordinárias, integralizada parcialmente no valor de R\$7.210. O valor de R\$52.333 deverá ser integralizado até 31 de dezembro de 2019.

Desta forma, o capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$27.481, representado por 27.481 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil Ações Ordinárias		
	Lote de mil ações	R\$	%
Neoenergia	27.481	27.481	100,00
Total	27.481	27.481	100,00%

b) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	68	48
Média ponderada das ações emitidas	27.481	11.222
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,0025	0,0043

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

c) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da companhia, conforme previsto na legislação.

e) Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

11. Custos Gerenciáveis – Parcela “B”

Custos	2018	2017 (não auditado)
Material	(72)	-
Serviços de terceiros	(57)	(174)
Depreciação e amortização	(4)	-
Outros custos e despesas	(15)	(6)
Total custos	(148)	(180)

12. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017 (não auditado)</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	247	256
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	<u>(3)</u>	<u>(12)</u>
Total	244	244
Despesas financeiras		
IOF	<u>(6)</u>	-
Total	(6)	-
Resultado financeiro, líquido	<u>238</u>	<u>244</u>

13. Aplicações em fundo de investimento Itaú Salvador renda fixa

O Fundo Salvador Itaú é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde e tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito da Companhia Neoenergia.

14. Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

15. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 5.835 em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	377	377	377
Passivos financeiros derivativos			
Non-deliverable Forwards (NDF)	(940)	(940)	(940)

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (não auditado)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	5.838	7.617
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	-	3.798
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		
Non-deliverable forwards (NDF)	1.103	-

f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Indexador</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa no período</u>	<u>Saldo</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	5.835	373	(93)	(187)

g) Estimativa a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	2018		2017 (não auditado)	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		-	-	3.798	3.798
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	3			3.798	3.798
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		5.838	5.838	7.617	7.617
Caixa e equivalentes de caixa	2	5.838	5.838	7.617	7.617
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		1.103	1.103	-	-
Non-deliverable forwards (NDF)	2	1.103	1.103	-	-
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		377	377	-	-
Fornecedores	2	377	377	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		163	163	149	149
Non-deliverable forwards (NDF)	2	163	163	149	149

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação.

16. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Seguro garantia	02/08/2017 a 08/11/2021	7.053	60

Os seguros de Responsabilidade Civil Geral e Risco Operacional são de responsabilidade dos fornecedores e estão garantidos em cláusulas contratuais.

17. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balanços patrimoniais

Notas	2018			2017 (não auditado)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos						
Ativo circulante	7.096	(1)	7.095	7.701	-	7.701
Caixa e equivalentes de caixa	5.039	(1)	5.838	7.617	-	7.617
Tributos compensáveis	98	-	98	30	-	30
Outros ativos circulantes	18	-	18u	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	41	-	41	54	-	54
Instrumentos financeiros derivativos	1.100	-	1.100	-	-	-
Ativo não circulante	22.217	7.421	29.638	3.752	62	3.814
Ativos financeiros setoriais	17.1	29.585	29.585	-	3.798	3.798
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	3	-	-	-
Outros ativos não circulantes	39	(1)	38	-	-	-
Imobilizado	4	-	4	3.741	(3.736)	5
Intangível	17.2	(22.163)	8	11	(119)	11
Total do ativo	29.313	7.420	36.733	11.453	62	11.515
Passivo						
Passivo circulante	704	1.495	2.199	183	-	183
Fornecedores	377	-	377	149	-	149
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	108	-	108	17	-	17
Tributos	110	-	110	17	-	117
Instrumentos financeiros derivativos	91	-	91	-	-	-
Outros passivos circulantes	18	1.495	1.513	-	-	-
Passivo não circulante	72	1.993	2.065	-	21	21
Tributos diferidos	-	1.993	1.993	-	21	21
Total do passivo	776	3.488	4.264	183	21	204
Patrimônio líquido						
Capital social	27.481	-	27.481	11.222	-	11.222
Outros resultados abrangentes	940	-	940	-	-	-
Reservas de lucros	4.048	-	4.048	89	-	89
Lucros (prejuízos) Acumulados	(3.932)	3.932	-	(41)	41	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	28.537	3.932	32.469	11.270	41	11.311
Total do passivo e do patrimônio líquido	29.313	7.420	36.733	11.453	62	11.515

Demonstrações dos resultados

Notas	2018			2017 (não auditado)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	-	24.804	24.804	-	3.798	3.798
Disponibilização do sistema de transmissão	17.3.1 /	-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas	17.3.2	24.804	24.804	3.798	3.798	3.798
Tributos	-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP	-	-	-	-	-	-
Cofins	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	-	-	-	-	-	-
Receita líquida	-	24.804	24.804	-	3.798	3.798
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra	17.1	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis						
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(148)	(19.837)	(180)	(3.736)	(3.916)
Pessoal		(72)	-	(72)	-	-
Material		-	-	-	-	-
Serviços de terceiros		(57)	-	(57)	-	(174)
Arrendamento e alugueis		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	17.2.2	(4)	-	(4)	-	-
Outros gastos operacionais	17.3.1	(15)	(19.837)	(6)	(3.736)	(3.742)
Resultado da Atividade		(148)	4.967	(180)	62	(118)
Resultado Financeiro		238	-	238	244	244
Despesas financeiras		244	-	244	-	244
Receitas financeiras		(6)	-	(6)	-	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		90	4.967	64	62	126
Despesa com impostos sobre os lucros		(22)	(1.688)	(16)	(21)	(37)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		68	3.279	48	41	89
Lucro (prejuízo) por ação						
Lucro (prejuízo) básico e diluído do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,0025	-	0,1218	0,0043	-
						0,0079

17.1. Ativos financeiros da concessão

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios referente ao cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

17.2. Imobilizado / Intangível / Obrigações Vinculadas à Concessão

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Os contratos de transmissão determinam quais os serviços e quem serão os usuários (geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores). O concessionário é remunerado através da chamada RAP – Receita anual permitida, que já é definida no contrato, assim o preço não tem relação com a utilização e, sim com a disponibilização da infraestrutura. O modelo a ser utilizado para os contratos de concessão de transmissão nas demonstrações financeiras societárias é o reconhecimento do ativo financeiro, representando um direito incondicional de receber um valor determinável e assegurado, a RAP, remuneração desta já definida no contrato. Um dos pontos essenciais para tal conclusão vem da ausência de risco de demanda. Mesmo os fluxos de caixa vindo dos usuários (TUST) e não do poder concedente, não altera o direito incondicional de receber um valor determinável, o método de pagamento é apenas uma questão de formalidade. O ativo intangível não é reconhecido, pois a concessionária não tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura, e sim, é remunerada pela disponibilização da infraestrutura. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado e intangível foi substituído pelo ativo financeiro.

17.2.1. Reavaliação compulsória

O ativo imobilizado está registrado com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, com vigência para o exercício de 2011, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data base abril de 2015, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial. As aquisições posteriores a data base da reavaliação, estão registradas ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor de recuperação. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. A realização da reserva de da reavaliação regulatória compulsória se dá pela depreciação e/ou baixa dos bens reavaliados.

17.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

17.3. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27, que estabelece os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado.

17.3.1. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado e intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução, quando há, dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

17.3.2. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza a parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

17.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017 (não auditado)
Saldos PL conforme contabilidade societária	32.469	11.311
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(3.932)	(41)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(62)	(62)
Ajuste Inicial IFRS 15	(612)	-
Margem de construção (IFRS 15)	(4.967)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.709	21
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	28.537	11.270

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão. O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixas futuros e taxas efetivas de juros, são revisados anualmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM.

Depreciação – reavaliação regulatória compulsória - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo contabilização de depreciação.

17.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2018	2017 (não auditado)
Lucro líquido societário do exercício	3.347	89
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(3.279)	(41)
Reversão da atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(62)
Margem de construção (IFRS 15)	(4.967)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.688	21
Lucro líquido (prejuízo) do exercício regulatório	68	48

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão.

Depreciação / Baixa – reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo depreciação